EDİTORİAL

A uniformização de procedimentos e a protecção dos seus cidadãos foi sempre um dos desígnios da União Europeia. Normalizações e todo o género de harmonização de produtos e serviços entraram já definitivamente na rotina dos Europeus, desde as matrículas dos nossos automóveis, às doses dos medicamentos que tomamos, ao tamanho da fruta que comemos até à moeda que usamos. A alimentação não escapa, logicamente, a esta vontade de criação de um espaço uniforme e comum a vários países com histórias bem diversas entre si. Neste contexto, é de especial relevo para toda a comunidade técnica que lida com a alimentação e a nutrição humana a recente publicação de um conjunto de diplomas relativos à rotulagem de géneros alimentícios na União Europeia.

No artigo publicado neste número da Revista Nutrícias, da autoria de Carrilho e Amaral, são expostos os princípios gerais que nortearam o seu desenvolvimento e algumas expectativas sobre o impacto desta legislação sobre o consumidor europeu e sobre os profissionais de nutrição e alimentação. Não dispensando a leitura do referido artigo, podemos realçar o enfoque que é posto no consumidor e na sua responsabilização nas escolhas alimentares.

Informação mais abundante e mais criteriosa são certamente princípios com os quais estamos de acordo, mas não é certo, no nosso entender, que seja suficiente para que possam ser feitas melhores escolhas alimentares. Deverá existir todo um trabalho de base, muito do qual não está feito, que permita converter mais e melhor informação em mais e melhores escolhas por parte do cidadão comum. Este é o desafio que se coloca a todos os profissionais sérios, que lutam por uma prática diária baseada no melhor conhecimento científico. É certamente um desafio grande: a Revista Nutrícias tentará, ao publicar trabalhos de qualidade, ajudar a que prevaleçam as boas práticas baseadas na melhor ciência disponível a cada momento.

Nuno Borges

Director da Revista Nutrícias